

ESCRITA(S) INSUBMISSA(S) DA(S) HISTÓRIA(S): TRAVESSIAS EPISTÊMICAS A PARTIR DAS NARRATIVAS DE MULHERES ÀS MARGENS

*INSUBMISSIVE WRITING OF HISTORY(S): EPISTEMIC CROSSINGS
FROM THE NARRATIVES OF WOMEN ON THE MARGINS*

*ESCRITURA INSUMISIVA DE LA(S) HISTORIA(S): CRUCES EPISTÊMICOS
DE LAS NARRATIVAS DE LAS MUJERES EN LOS MÁRGENES*

Flávia Pereira Machado¹

Resumo

As insurgências das/dos sujeitas/os às margens provocam movimentos contínuos e não lineares de questionamentos da matriz ocidental, branca, cisheteropatriarcal, eurocentrada, o que evidencia a necessidade da incorporação de epistemes, saberes, fazeres e conhecimentos até então denegados pela ciência moderna e pela produção acadêmica hegemônica nas universidades. Tais movimentos têm gerado um “transbordamento” acadêmico e político em direção a uma nova percepção da condição criativa que impulsiona os entrecruzamentos entre esses diversos campos do saber e das experiências marginalizadas. Em vista dessa implosão dos cânones, a proposta do presente artigo incide em uma reflexão sobre os deslocamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos na escrita da história, a partir da pesquisa com mulheres sem terra em Goiás. Proponho, dessa maneira, realizar uma breve incursão na matriz histórica hegemônica no sentido de identificar algumas das iniciativas de incorporação dos e das sujeitos e sujeitas às margens, especificamente evidenciando a passagem de uma história das mulheres e das relações de gênero para uma perspectiva feminista, decolonial e interseccional. Ainda nesse ensejo, busco evidenciar como as interseções de raça, classe, gênero, geração, desterramento, entre outros marcadores, que atravessam os corpos dessas mulheres às margens, provocam leituras e escritas insubmissas mediante esse cânone historiográfico e a produção acadêmico/científica ainda pautada na racionalidade ocidental.

Palavras-chave: mulheres às margens; escrita da história; deslocamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos.

.....

1. Licenciada em História (UEG); Mestra e Doutoranda em História (PPGH/UFG); Professora da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Campus Goiânia); membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero (GEPEG/FH/UFG); pesquisadora do Anômalos (Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça – UFCat/CNPq). Contato: flavia.ifg.machado@gmail.com

Abstract

The insurgencies of the subjects on the margins provoke continuous and non-linear movements of questioning the Western, white, cisheteropatriarchal, Eurocentric matrix, which highlights the need to incorporate epistemes, knowledges, doings and knowledge hitherto denied by modern science and hegemonic academic production in universities. Such movements have generated an academic and political “overflow” towards a new perception of the creative condition that drives the intersections between these diverse fields of knowledge and marginalized experiences. In view of this implosion of the canons, the purpose of this article is to reflect on the theoretical, epistemological and methodological dislocations in the writing of history, based on research with landless women in Goiás. I propose, in this way, to make a brief incursion into the hegemonic historical matrix in order to identify some of the initiatives to incorporate the subjects and subjects on the margins, specifically highlighting the transition from a history of women and gender relations to a feminist, decolonial and intersectional perspective. Also in this context, I seek to highlight how the intersections of race, class, gender, generation, dispossession, among other markers, which cross through the bodies of these women on the margins, provoke readings and unsubmitive writings through this historiographical canon and the academic/scientific production still based on Western rationality.

Keywords: women on the margins; writing history; theoretical, epistemological and methodological shifts.

Resumen

Las insurgencias de los sujetos en los márgenes provocan movimientos continuos y no lineales de cuestionamiento de la matriz occidental, blanca, cisheteropatriarcal y eurocéntrica, lo que pone de manifiesto la necesidad de incorporar epistemes, saberes, haceres y conocimientos hasta ahora negados por la ciencia moderna y la producción académica hegemónica en las universidades. Estos movimientos han generado un “desbordamiento” académico y político hacia una nueva percepción de la condición creativa que impulsa las intersecciones entre estos diversos campos del conocimiento y las experiencias marginadas. Ante esta implosión de los cánones, el propósito de este artículo es reflexionar sobre las dislocaciones teóricas, epistemológicas y metodológicas en la escritura de la historia, a partir de una investigación con mujeres sin tierra en Goiás. Propongo, de este modo, hacer una breve incursión en la matriz histórica hegemónica para identificar algunas de las iniciativas de incorporación de los sujetos y las sujetas en los márgenes, destacando específicamente el paso de una historia de las mujeres y las relaciones de género a una perspectiva feminista, decolonial e interseccional. También en este contexto, busco resaltar cómo las intersecciones de raza, clase, género, generación, desposesión, entre otros marcadores, que atraviesan los cuerpos de estas mujeres en los márgenes, provocan lecturas y escrituras insumisas a través de este canon historiográfico y de la producción académica/científica aún basada en la racionalidad occidental.

Palabras clave: mujeres en los márgenes; escritura de la historia; cambios teóricos, epistemológicos y metodológicos.

Para início de conversa: um panorama do lugar de onde eu falo...

O lugar de fala é um lugar de pertencimento.
(Vilma PIEDADE, 2017, p.17)

Sou uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, feminista, filha, mãe, professora, pós-graduada e de um cenário urbano periférico. Desde minhas primeiras incursões pela pesquisa, me aventurei nas interlocuções entre minha militância e ativismo em movimentos sociais com o fazer histórico. Assim, a aproximação com movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária me possibilitou transformar o ativismo em objeto de reflexão a partir da graduação em História. Percorrer territórios outros e vivenciar experiências distintas das minhas, em vista das minhas localizações, anunciadas acima, demandaram a busca por outros referenciais e metodologias para a construção de uma “ponte” entre esses “mundos”.

Essa ponte, ainda em constante processo de construção, desconstrução e reconstrução, me enveredou por caminhos distintos daqueles iniciados nos primeiros exercícios de pesquisa e reflexão. Da incorporação de bibliografias sobre a questão agrária, a modernização, as identidades e representações sobre o rural e dos/das trabalhadores/trabalhadoras rurais sem terra, à uma escuta cada vez mais sensível e atenta às narrativas de mulheres sem terra, houve um processo de desvelamento de outras matrizes de conhecimento que não aquelas já definidas e percorridas pela historiografia.

Cada vez mais compreendi que minha pesquisa é situada, não apenas pela formação acadêmica e pelas leituras realizadas dos cânones historiográficos e acadêmicos de áreas afins, mas principalmente pelo lugar que ocupo em face de minhas marcações, experiências e de diálogos com outras mulheres, com outras trajetórias e epistemes. Dessa maneira, trilho um caminho de construção de uma pesquisa engajada (Rhada D’SOUZA, 2010), corporificada e localizada (Donna HARAWAY, 1995; Ilana LÖWY, 2000) e a partir de um ponto de vista feminista (Patrícia Hill COLLINS, 2016).

Assim, ao me aventurar pela pesquisa de doutoramento acerca das narrativas e trajetividades de mulheres sem terra em Goiás, sou desafiada a realizar necessários deslocamentos teóricos e epistemológicos que me possibilitem estabelecer a interlocução com essas mulheres. O intuito de enveredar nas tramas históricas de suas vidas-travessias é o de descortinar práticas feministas no cotidiano de luta, trabalho e (re)existência. Para tanto, busco por meio

do entrecruzamento entre a metodologia da história oral, da metodologia da proximidade e da metodologia participativa feminista, a imersão em seus fazeres e saberes para compreender como suas tramas históricas individuais e coletivas são tecidas e se entrelaçam com as estruturas que delineiam a história agrária, a história dos movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária e os feminismos em Goiás e no Brasil. Desse modo, é na percepção dos atravessamentos destas estruturas em seus corpos e de como as intersecções entre gênero, raça, classe, geração, sexualidade, desterramento, entre outros eixos de subordinação, que identifico suas posições enquanto sujeitas históricas e políticas, ao mesmo tempo que estabeleço a interlocução entre o meu eu-pesquisadora e suas narrativas enquanto mulheres sem terra nos rincões de Goiás.

Em vista dessas considerações iniciais, proponho evidenciar como todos estes elementos são combinados na constituição de uma pesquisa e escrita histórica que “transborde” os cânones tradicionais e aponte direções múltiplas para a interpretação dos sentidos atribuídos às experiências e trajetórias de sujeitos e sujeitas às margens. O ponto de partida para a presente reflexão é a própria composição da margem. Nesse sentido, me aproprio das palavras potentes de bell hooks (2019), para quem:

Estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal.

[...]

E por viver como vivíamos – nas extremidades – desenvolvemos um modo particular de enxergar as coisas. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora. Focávamos nossa atenção no centro assim como na margem. Compreendíamos ambos. Essa forma de ver nos lembra da existência de todo um universo, um corpo principal com sua margem e seu centro. Nossa sobrevivência depende de uma conscientização pública contínua da separação entre margem e centro e de um contínuo reconhecimento privado de que nós somos uma parte necessária, vital, desse todo. (HOOKS, 2019, p. 23).

É na tessitura de um olhar privilegiado sobre a vida, as experiências e corporalidades que vislumbro a(s) escrita(s) insubmissas da(s) história(s). Se para Gayatri Spivak (2010) os subalternos não podem falar, parto da premissa que as mulheres com quem dialogo são subalternizadas e não subalternas, haja vista o/a subalterno/a não ter voz. Assim, a escrita da história que ousou aqui anunciar, se aproxima da perspectiva de Marta Rovai (2021), para quem as mulheres subalternizadas:

(...) ousam dizer, fazem ruído, gritam e circulam fora do circuito de produção do conhecimento na Academia e em outras instituições, muitas vezes, excludoras. Constituem alianças e cobram de nós, continuamente, posicionamento político na reinvenção de uma ciência que nunca foi neutra e que é atravessada por muitas relações de poder e de colonização de saberes que envolvem, inclusive, os debates de gênero. (ROVAI, 2021, p. 17-18).

No sentido de compreender as possibilidades e potencialidades dessa(s) história(s) insubmissa(s), o presente artigo é estruturado em duas partes. Na primeira, realizo um panorama sucinto da matriz histórica hegemônica, no sentido de identificar algumas das iniciativas de incorporação dos/das sujeitos/ sujeitas às margens, especificamente evidenciando a passagem de uma história das mulheres e das relações de gênero para uma perspectiva feminista, decolonial e interseccional. Em um segundo momento, procuro evidenciar como as intersecções de raça, classe, gênero, geração, desterramento, entre outros marcadores, que atravessam os corpos dessas mulheres às margens, provocam leituras e escritas insubmissas mediante o cânone historiográfico e a produção acadêmico/científica ainda pautada na racionalidade ocidental.

Escrita(s) de uma "outra" história: as margens no campo historiográfico

- A gente combinamos de não morrer!

(...)

Não sei por que o medo, pensou Bica. Se ao menos o medo me fizesse recuar; pelo contrário, avanço mais e mais na proporção desse medo. É como se o medo fosse uma coragem ao contrário. Medo, coragem, coragemedo, coragemedo de dor e pânico. (Conceição EVARISTO, 2016, p. 99-100).

É por meio desse medo e coragem, narrado por Conceição Evaristo, que sujeitas e sujeitos às margens sobreviveram e sobrevivem aos silenciamentos e invisibilizações de suas histórias e vivências, negadas pelos cânones das ciências humanas e sociais. Seus corpos, tragados pelas violências físicas e epistêmicas, resistem e (re)existem por meio de suas potências. Não morreram e não morrerão, ainda que o sistema, as estruturas políticas e sociais, os epistemicídios e a desumanização sejam uma constante ao longo da história e da produção acadêmica. Mesmo não representadas/os nos livros e nas grandes mídias, suas vozes potentes ressoaram e se fizeram ouvir,

impulsionando o “encontro entre a história acadêmica e a história refletida fora dos muros das universidades” (Marina Vieira de CARVALHO, 2021, p. 11).

Essas sujeitas e sujeitos foram visibilizadas/os devido não somente à uma sensibilização por parte dos/das historiadores/as, mas pelas pressões exercidas por meio de suas mobilizações e suas constituições enquanto sujeitos/as políticos/as, e nesse processo se aperceberam também como sujeitos/as históricos/as. Assim, provocaram rupturas e transformações nos modos de produção da ciência e da própria história. Desvelaram a posicionalidade de quem produz a ciência e a história, identificaram as intencionalidades e interesses por traz de cada seleção, perspectiva e recorte, questões estas cada vez mais presentes no cerne das reflexões sobre os campos teórico, metodológico e epistemológico dos produtores do(s) conhecimento(s). Destarte, estes apontamentos colocam cada vez mais em xeque o que Marina Carvalho nos informa sobre a “monocultura do saber e do rigor científicos”:

O que significa afirmar que a “identidade dos índios e das mulheres é definida de fora” (Cusicanqui, 2019)? Significa compreender e admitir, começando para si mesmo, que a produção acadêmica sobre os significados e usos do nosso passado é organizada pela *monocultura do saber e do rigor científicos* (Santos, 2002), a qual nega a visibilidade e inteligibilidade a todas as formas de conhecimento que não se encaixam nos critérios de verdade instituídos pelas ciências modernas. Em nome da imposição de uma suposta neutralidade do conhecimento, esta monocultura situa as idiosincrasias do sujeito masculino branco como critério exclusivo de legitimidade epistemológica. (CARVALHO, 2021, p. 11-12).

As ciências modernas foram, assim, erigidas a partir da constituição e expansão da matriz colonial de poder da Europa, ocasionada com a conquista da América e fundamentada em uma classificação racial como justificadora da dominação dos corpos e territórios (cf. Aníbal QUIJANO, 2010). A legitimação do colonialismo e da colonialidade do poder é fundada na modernidade filosófica, a partir da localização desta como um fenômeno eurocentrado, o que desloca o epicentro da modernidade do Sul para o Norte global (Enrique DUSSEL, 2010).

Desse modo, a colonialidade foi constitutiva de discursos e práticas delineadoras da modernidade ocidental, sendo esta compreendida como um período mais avançado da civilização, determinando uma hierarquização das sociedades e culturas a partir da experiência moderna da Europa. A

modernidade é assinalada pelo entrecimento entre os marcadores de civilização com ideias que identificam os povos não europeus, os “outros”, como primitivos ou selvagens, assentando assim um *ethos* colonizante (Nelson MALDONADO-TORRES, 2018). Para Maldonado-Torres, a alegação é que o significado e a estrutura de instituições, práticas e representações simbólicas são pressupostas por conceitos de progresso, soberania, sociedade, subjetividade, gênero e razão, “entre muitas outras ideias-chave que têm sido definidas como pressuposto de uma distinção fundamental entre o moderno e o selvagem ou primitivo, hierarquicamente entendidas ou não” (*ibid.*, p. 30). É a marca do humano como definidora dos/as sujeitos/as, das relações, instituições e estruturas sociais (LUGONES, 2014).

Como desdobramento, funda-se uma epistemologia ocidental, universalizada e homogeneizada mundialmente, provocativa do epistemicídio das comunidades não ocidentais (cf. Boaventura de Sousa SANTOS, 2010; Sueli CARNEIRO, 2005; QUIJANO, 2010). Tal epistemicídio é representativo da permanência/ continuidade do pensamento moderno ocidental que opera, de acordo com Santos (2010), por “linhas abissais”. Configurando-se, a geopolítica e corpo-política ocidental e colonizadora dos saberes, das epistemes e das formas de composição dos/das sujeitos/as e suas instituições, instituídas pelas vias da colonialidade do ser e saber (cf. MALDONADO-TORRES, 2018).

No bojo da epistemologia ocidental, a operação historiográfica foi estabelecida a partir de regras de seleção e exclusão dos corpos dissonantes do projeto colonial, moderno, capitalista, branco, masculino, cisteheteronormativo e hegemônico. Por meio de critérios de verdade definidos por esse sujeito universal, moderno e criador e detentor dos cânones, foi determinado o “verdadeiro conhecimento”, tornando-se incompreensíveis, inteligíveis, inenarráveis “outras racionalidades, temporalidades, cosmovisões, sensibilidades, experiências e representações, específicas de sujeito(a)s subalternizado(a)s” (CARVALHO, 2021, p. 12).

Dessa maneira, a história enquanto ciência foi fundada sob uma perspectiva eurocêntrica e eurocentrada, dimensionada no processo de determinação do “Outro” do ocidente e por meio de narrativas excludentes das experiências históricas dos não-europeus. A escrita da história do Ocidente, assim, se pretendeu universal, imparcial e sob uma pretensa neutralidade científica, estruturada a partir do método histórico centrado na ideia de comprovação. Destituindo, a priori, os povos não europeus de historicidade

e inteligibilidade frente à marcha da história europeia, que se tornou o padrão, o modelo de progresso, desenvolvimento e devir histórico para todas as demais sociedades.

Os grandes feitos e os grandes homens foram eleitos como objetos de estudo e reflexão de uma narrativa histórica eventual, escatológica e linear. Na curva da história permaneceram mulheres, indígenas, negras/os, trabalhadoras/es, quilombolas, camponeses/as, enfim pessoas “comuns” e subalternizadas pela ótica masculinista, branca, androcêntrica, ocidental e colonial do fazer histórico.

Sem esgotar a reflexão, é importante ressaltar que a produção de uma história pretensamente universal, foi alvo de constantes críticas ao longo do seu processo de constituição a partir do século XVII. Focalizando os grupos subalternizados, excluídos da história oficial, diplomática, nacionalista, destaco algumas produções e/ou movimentos significativos no decorrer do século XX e XXI.

Desde o surgimento dos *Annales* nos anos 1930 há um processo de expansão e fragmentação do campo historiográfico, estabelecido por meio da crítica ao chamado “paradigma” tradicional, pautado essencialmente na construção de uma história política e diplomática (cf. Peter BURKE, 1992). Assim, a história de grandes feitos e de grandes homens foi questionada com base em uma perspectiva da história que se interessou por todas as dimensões da vida humana. Desse modo, a “nova história” incorporou novos objetos, fontes e temáticas para a escrita da história, tornando o que antes era considerado imutável, como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (BURKE, 1992, p. 11). Assim, os “esquecidos/as” da história passam a compor suas páginas e o horizonte de reflexões e debates de historiadores/as.

Para além do campo da história, Ochy Curiel (2011) identifica mudanças nas ciências sociais a partir de 1945 com a advento da crítica ao ahistoricismo, a não consideração da mudança social e uma crítica ao universalismo ocidental europeu e seu paroquialismo cultural, ao “aplicar conceitos ocidentais a culturas e sociedades não ocidentais uma vez que se questionava a ausência dos grupos oprimidos e marginais; mulheres, grupos racializados e étnicos, sócio-sexuais, etc., na construção histórica” (CURIEL, 2011, p. 04; tradução minha)². A autora identifica como

.....

2. “aplicar conceptos occidentales a culturas y sociedades no occidentales a la vez que se cuestionaba la ausencia de los grupos oprimidos y marginales; mujeres, grupos racializados y étnicos, socio-sexuales, etc., en la construcción histórica” (CURIEL, 2011, p. 04).

pioneiros deste pensamento crítico, os intelectuais negros Frantz Fanon e Aimée Cesaire, nos anos 1930 e 1950 respectivamente. Estes propõem um processo de descolonização, compreendida pelos autores, como não apenas a independência das colônias em relação às metrópoles ou entre os países do norte e os países do sul, mas também como um desmonte das relações de poder e de concepções do conhecimento que provocam a reprodução das hierarquias raciais, geopolíticas e de imaginários que foram concebidas no mundo moderno/colonial.

O fim da segunda guerra mundial e a reconfiguração dos territórios e dos estados nacionais, a recomposição geopolítica mundial, os processos de descolonizações de países africanos e asiáticos, o maio de 1968, entre outros diversos eventos que demarcam a segunda metade do século XX, impulsionam uma série de reflexões a partir da crise paradigmática, enfrentada pela ciência moderna (cf. DIEHL, 2002). Uma explosão de memórias e sujeitos/as denegados/as pela racionalidade ocidental, são colocadas na ordem do dia e das reflexões epistêmicas e teóricas. Novas matrizes são compostas de modo a compreender as realidades delineadas no pós-guerra e na emergência dessas/es novas/os sujeitas/os, identidades e representações.

Para Curiel (2011) entre os anos 1960 e 70, estas práticas de enfrentamento mencionadas acima impulsionam as posições críticas. A autora destaca ainda que na América Latina as lutas pela redemocratização e a luta das populações negras e indígenas, provocam a geração de novas concepções no campo do pensamento social; bem como os chamados novos movimentos sociais, como o ecologismo, os feminismos, o pacifismo, os movimentos indígenas e negros, entre outros, colocam novas questões (sexo, raça, etnia, sexualidade, etc) como categorias importantes para se compreender o social a partir de suas demandas identitárias e por reconhecimento. Para Curiel estes são antecedentes importantes para a projeção dos estudos culturais, pós-coloniais, decoloniais e subalternos que tem possibilitado:

uma resistência crítica e um maior protagonismo de sujeitos e sujeitas de países do chamado Terceiro Mundo que questionam o sujeito único, e as oposições tradição/ modernidade, civilização/ selvageria, desenvolvimento/ subdesenvolvimento, metrópoles/ periferia, llobalização/ localismo, dominação/ dependência, colocando no centro a importância do discurso sobre as representações coloniais, e o gênero, a raça, a sexualidade, somado a classe, ao lugar e ao espaço

tem sido categorias centrais em todas estas posições críticas (CURIEL, 2011, p. 5-6; tradução minha³).

Desse modo, os desdobramentos das resistências de sujeitos e sujeitas às margens se coloca no crescente enfrentamento da permanência de uma história escrita e ensinada centrada na Europa, no ocidente e em homens brancos. Nesta seara, identifica-se ainda, o questionamento da *mentalidade cativa* e da *dependência acadêmica* (Ana Carolina Barbosa PEREIRA, 2018) em relação às produções euroamericanas, a partir de outras leituras e na admissão da convivência entre temporalidades, historicidades e sujeitos/as históricos/as, revelando assim, a necessidade de uma identificação por parte dos historiadores e historiadoras de seu “lugar epistêmico”⁴ na escrita e no ensino da história.

Apesar das mudanças na produção historiográfica serem consideráveis desde os *Annales*⁵, compreendo que dois discursos e práticas políticas, acadêmicas e epistêmicas são fundamentais para a formulação de história(s) insubmissa(s): as epistemologias feministas e os estudos decolônias.

Em relação às epistemologias feministas, estas são erigidas no bojo dos feminismos contemporâneos, propondo desde a integração do universo feminino ao conjunto social até a subversão dos paradigmas teóricos vigentes (cf. Guacira Lopes LOURO, 2014). Ao ensejaram a necessidade de

.....

3. “resistencia crítica y un mayor protagonismo de sujetos y sujetas de países del llamado Tercer Mundo que cuestionan el sujeto único, y las oposiciones tradición/modernidad, civilización/salvajismo, desarrollo/subdesarrollo, metrópolis/periferia, globalización/localismo, dominación/dependencia colocando en el centro la importancia del discurso en la representaciones coloniales, y el género, la raza, la sexualidad, sumado a la clase, al lugar y al espacio han sido categorías centrales en todas estas posiciones críticas” (CURIEL, 2011, p. 5-6).
4. A autora propõe uma ampliação do debate sobre o “lugar social” dos historiadores e historiadoras, proposto por Michel de Certeau, a partir de uma leitura decolonial. Pereira argumenta que o lugar social de Certeau tem um alcance limitado, apesar de desvelar os “bastidores” da produção historiográfica e as relações de poder implícitas à instituição histórica e seus espaços e ativas na fundação e perpetuação dos institutos, faculdades, departamentos, núcleos de pesquisa, grupos, associações, entre outros. Desse modo, dialogando com a concepção de lugar social de Grosfoguel e Bernardino-Costa, a categoria de lugar social não afirma o locus (epistêmico) de enunciação, já que é necessário um compromisso ético-político e ainda o compromisso com a elaboração de um conhecimento contra hegemônico.
5. Sem esgotar o debate, faço aqui referência ao que Jim Sharpe (1992) identifica como uma “história vista de baixo”. Publicações de autores e autoras como Edward P. Thompson, Nathalie Zemon Davis, Christopher Hill, Carlo Ginzburg, entre outros e outras, ensejaram a incorporação não apenas das pessoas “comuns”, como também impuseram reflexões fundamentais para o fazer histórico e o instrumental teórico e metodológico. Assim, se delineia no decorrer do século XX e XXI mudanças significativas na cultura historiográfica, como uma virada rumo ao cultural, a preocupação com o discurso, com a narratividade, o texto, entre outros elementos fundantes dos debates atuais, a esse respeito cf. DIEHL, 2002; José D’Assunção BARROS (2010).

“apreensão singular da dinâmica sexuada das relações sociais, desmistificando a tradição intelectual e científica que as havia excluído até então de seus locais de produção” (Francine DESCARRIÈS, 2000, p. 10), provocaram o questionamento do caráter universalista e androcêntrico da produção da ciência, dos saberes dominantes, denunciaram o sexismo operante na estruturação do saber, das ciências e das relações sociais e desmistificaram as relações de poder constitutivas da produção dos saberes (cf. Diva do Couto MUNIZ, 2015). Desse modo, as feministas engendraram a produção de uma nova linguagem e um novo campo epistemológico.

A epistemologia feminista em convergência com o pensamento pós-moderno balizou a desconstrução do viés identitário e essencialista dos conceitos operados nas Ciências Humanas, assim como corroborou para “questionar e evidenciar a operacionalidade do saber ocidental, informado por relações de poder e fundamentado em categorias reflexivas fechadas, a-históricas, que não permitem pensar a diferença” (MUNIZ, 2015, p. 319).

Em face das críticas internas da História e da construção da epistemologia feminista inspiradas pelo pensamento foucaultiano, houve uma reformulação dos fundamentos da disciplina histórica, a apreensão de dimensões e objetos até então obscurecidos nas narrativas e expressões capazes de evocá-los discursivamente (MUNIZ, 2015). Em face dessas redefinições, a história das mulheres foi se constituindo enquanto um campo de estudos fundamental para a reflexão sobre as mulheres na história e a produção histórica de mulheres. Para Joan Scott (1990), o trabalho de incorporação das mulheres na história, não poderia se limitar a dar visibilidade e dizibilidade a estas, mas demanda uma mudança epistemológica, uma ruptura com o saber disciplinar androcêntrico. O que ainda é permeado por tensionamentos, disputas, preconceitos e dificuldades de legitimação.

Estas reflexões em torno do modo como a produção dos conhecimentos, da ciência e da história são operados a partir de um viés universalista, masculinista e androcêntrico, trouxeram à cena o debate necessário em torno das inscrições em que os e as intelectuais se localizam, demarcando uma postura a favor de um conhecimento situado e posicionado (HARAWAY, 1995). Além disso, trouxeram para o debate não apenas a necessidade de incorporar as mulheres na história, mas fundamentalmente em problematizar as condições em que estas foram excluídas e ainda a necessidade de pensá-las como produtoras de conhecimento histórico, revelando assim a dimensão corporificada da escrita da história.

Apesar das inúmeras contribuições ensejadas por esses embates propostos pelas feministas, Ana Maria Veiga (2020) evidencia que a emergência de novas demandas sociais, políticas e culturais erigidas pelas “outras” do feminismo, a partir do movimento de mulheres negras e de mulheres LGBTQIA+, colocaram em questão o próprio conceito de feminismo, fundamentado também em uma matriz ocidental, branca e heteronormativa. Emergem, neste cenário, “feminismos” “demarcando diferenças, ampliando territórios e se tornando uma espécie de guarda-chuva político capaz de abarcar movimentos e sujeitos distintos por meio de coalisões, da busca conjunta de uma coexistência pautada no respeito, na visibilidade e na luta por direitos” (VEIGA, 2020, p. 03).

As críticas contundentes à pretensa universalidade da categoria mulher e a identificação das desigualdades de gênero como elemento unificador e homogeneizador das experiências das mulheres, contingenciaram os feminismos plurais a partir da multiplicidade de localizações das mulheres em diferentes partes do mundo e em distintas condições. Uma das categorias fundamentais erigidas neste contexto, é a da interseccionalidade como forma de compreender as avenidas identitárias em que as mulheres negras se localizam, haja vista suas marcações enquanto mulher e negra, enfrentando de uma maneira diferenciada tanto o sexismo, quanto o racismo e o classismo (cf. Carla AKOTIRENE, 2019; VEIGA, 2020). Neste sentido, as epistemologias feministas negras provocaram o deslocamento do eixo de discussão dos feminismos brancos, ocidentais e hegemônicos, centrado no gênero, para a ampliação a partir de como as mulheres vivenciam de formas distintas os eixos de subordinação e o quanto estes atravessam as suas vivências. Questões estas já percorridas por Lélia Gonzalez:

(...) apesar das contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão graves como a sofrida pela mulher: as de caráter racial. (...) Mas o que realmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial. (...) Cabe, então, a pergunta: como se explica esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade. (GONZALEZ, 2020, p. 40-41).

Desse modo, mulheres racializadas e subalternizadas evidenciaram os limites dos feminismos hegemônicos e ocidentais, sendo tais críticas também articuladas pelas mulheres do Sul global. Por meio da crítica decolonial⁶, e não somente, as mulheres latino-americanas desvelaram o caráter colonialista, racista e salvacionista desses feminismos, haja vista que o adentramento destas perspectivas e lutas corroboraram com a subordinação e exploração das mulheres racializadas e pobres da América Latina (cf. Julieta Paredes CARVAJAL, 2020). Alinhados as lutas de mulheres indígenas, quilombolas, trabalhadoras, imigrantes, camponesas, entre outras, Julieta Paredes Carvajal propõe uma reconceitualização do feminismo, entendendo este como *“a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime”* (ibid., p. 195; grifo da autora). Desse modo, a autora permite atribuir a diferentes mulheres em distintos lugares e posições, a prerrogativa de feministas, rompendo com o exclusivismo do feminismo ocidental.

No sentido da descolonização dos corpos, territórios e conhecimentos, a perspectiva decolonial emerge na América Latina, em diálogo com as críticas já estabelecidas pelos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos, como uma produção teórica crítica aos saberes hegemônicos da Europa-branca-ocidental. Seus esforços se direcionam para a análise histórica das relações de dominação e opressão geradas pelo colonialismo - dominação e opressão sempre articulados com o sistema capitalista, originando a situação de colonialidade. Por sua vez, a colonialidade é compreendida por Quijano (2010) como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, esta sustenta-se *“na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal”* (QUIJANO, 2010, p. 84). O grande desafio é romper com a colonialidade não apenas no campo epistêmico, mas também político, cultural, econômico e das subjetividades, sendo assim, a crítica decolonial não está restrita ao teórico, mas a práticas políticas e educativas de enfrentamento desses processos violentos de subordinação à matriz colonial/moderno/capitalista de poder.

Na *“costura”* entre os feminismos e a perspectiva decolonial, é tangenciada a proposta de um feminismo de(s)colonial a partir da proposição de

.....

6. Sobre os estudos decoloniais ou giro decolonial, cf. Luciana Ballestrin (2013).

María Lugones (2014). Lugones propõe a ampliação da análise quijaniense em relação à colonialidade, problematizando o conceito de gênero operacionalizado pelo autor de maneira limitada e ainda em uma concepção ocidental e binária do mesmo. A autora afirma que o processo de colonização e a colonialidade, impôs às mulheres racializadas e desumanizadas um regime colonial de gênero, o que deflagra o caráter exógeno do gênero, alheio às mulheres colonizadas. Desse modo, o sistema colonial de gênero têm desdobramentos na contemporaneidade, já que estas são subordinadas dentro de uma lógica patriarcal, binária, heteronormativa que não lhes traz pertencimento, mas ao contrário as localiza em um lugar de subalternidade e desumanização. O que reafirma as limitações do feminismo ocidental para lidar com as questões prementes das mulheres do Sul global, impulsionando a proposta de um feminismo que:

(...) se torna cúmplice e se alimenta dos movimentos de comunidades que no continente impulsionam processos de descolonização e restituição de genealogias perdidas, que assinalam a possibilidade de outros significados da vida em comunidade e reelaboram os horizontes de utopia conhecidos e avaliados universalmente. (Yuderkis Espinosa MIÑOSO, 2016, p. 146).

Apesar de não adentrarmos a ampla discussão em relação às duas perspectivas, importa afirmar que tais questionamentos ensejados por ambos abrem espaço para um campo de possibilidades de narrativas históricas e de apropriação de experiências diversas no tempo e no espaço, descortinando o caráter universal, colonial, heteronormativo, branco, ocidental e masculino da história produzida e ainda presente nos cânones historiográficos. Interessa ainda, evidenciar que há também uma demanda por romper com a centralidade da história (ciência) enquanto único locus de enunciação das experiências humanas no tempo. Cada vez mais surgem vozes dissonantes a projetos colonizadores e modernizantes que entoam os arautos da racionalidade ocidental.

Por história(s) insubmissa(s)

Histórias importam. Muitas histórias importam.

Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem

destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.

(...)

Eu gostaria de finalizar com esse pensamento: Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso. (Chimamanda Ngozi ADICHIE, 2019, p. 62)

Os perigos de uma história única apontados pela escritora e feminista nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie se direcionam à construção de estereótipos de pessoas e/ou lugares, os localizando em uma perspectiva cultural e identitária distorcida. Desde a África, Adichie evidencia como esse olhar ocidental homogeneizador localiza os corpos, as histórias e posicionalidades dos e das sujeitos e sujeitas a partir de um único referencial, o branco, euroamericano. Ao encontro das questões já apontadas no tópico anterior, a autora desvela como tais narrativas são expressões das relações de poder estabelecidas entre o Norte global e o Sul global, em que as hierarquizações não apenas demarcam os lugares sociais, mas ainda impõem epistemologias e formas de produzir o conhecimento alheias às vivências e realidades locais.

Dessa maneira, o “poder” de enunciação desses discursos e narrativas históricas pautados desde o Ocidente, determina os lugares sociais ocupados pelas populações racializadas a partir dessa matriz moderna e colonial, como já posto. Estabelece ainda às sujeitas e sujeitos do Sul global e das margens do Norte global, o lócus da subalternização. Operando na desconstrução de tais pressupostos e práticas, as epistemologias feministas e os estudos decoloniais possibilitam construir novos aportes teóricos, epistemológicos e metodológicos para que a incorporação das experiências dessas populações subalternizadas não se transformem mais uma vez em objeto de estudo, mas na identificação das potencialidades de suas narrativas e epistemologias, os compreendendo não apenas como protagonistas de suas próprias histórias, mas também como produtores/as destas.

Nas frestas da história, insurgem narrativas de mulheres consideradas as “outras”, as “subalternas”. Apesar de terem sido historicamente silenciadas, essas mulheres insistem em falar e serem faladas. Suas potentes vozes nos desafiam enquanto historiadoras e historiadores, conforme salienta Marina Vieira Carvalho (2021), a estabelecer uma relação não extrativista sobre suas histórias e saberes, e sim um exercício de interculturalidade crítica. Cada

vez mais colocam em xeque a prerrogativa de que para “ter voz” é preciso o intermédio dos privilegiados, haja vista que não são subalternas, e sim subalternizadas.

Isso significa considerar que elas não são pessoas desprovidas de voz, porque esta a elas pertence, mas que lhes falta muita vezes o espaço para falar – o qual lhes é, geralmente, vedado, mas insistentemente ocupado – e a disposição para a escuta por parte de uma comunidade de ouvintes. Significa, ainda, levar em conta e questionar o papel do intelectual (e aqui a palavra no masculino é marca de poder), que se coloca como tendo o direito de falar no lugar do “outro” (tendo a mulher como a “outra” do “outro”), conceito criado para legitimar sua autoridade sobre um(a) sujeito(a) tornado(a) objeto de sua pesquisa e transformado(a) em seu oposto. (ROVAI, 2021, p. 17).

No tensionamento com a autoridade do intelectual, as mulheres e suas narrativas insurgentes reposicionam a hierarquização dos saberes exposta na relação entre sujeito e objeto. De um lado, o/a pesquisador/a, com seu arsenal científico; do outro, as populações subalternizadas que são mesuradas, inquiridas, quantificadas, em nome do “verdadeiro” conhecimento. Ao encontro da perspectiva decolonial, é preciso transbordar tal perspectiva que objetifica e desumaniza os sujeitos e sujeitas subalternizados e subalternizadas, haja vista que elaboram também narrativas explicativas e discursivas em torno de suas realidades e experiências.

São narrativas que, para além de anunciar suas subordinações e as consequentes dores das violências que estes atravessamentos acarretam, manifestam propostas emancipatórias. Compreendo, ao encontro do disposto por Karine de Souza Silva (2020), que essas mulheres insurgentes e insubmissas, falam a partir de um lugar epistêmico situado que nos incita a aprender com suas lutas, experiências e vivências. São corpos assim atravessados por “recortes, histórias, agências e memórias que se auto-determinam; a escrita se torna rota de fuga desses corpos-políticos que transmigram para a autonomia (NASCIMENTO, 1989), e afirmam suas subjetividades rompendo com a submissão colonial” (SILVA, 2020, p. 16).

Considerando todas estas questões apresentadas, identifico nas narrativas das mulheres sem terra em Goiás essa insubmissão em face das subordinações e violências que cercam suas existências, transformando a dor em potência e rebeldia para seguir na luta e (re)existência. Como bem salientado por Dona Natalina, auto-identificada como Vó, mulher sem

terra, aposentada e, no ato da entrevista, no auge dos seus setenta e um anos de idade.

O peso que a gente sente é a idade, mas é igual eu falei pra você, eu tiro de letra, porque não precisa de ninguém falar pra mim que eu tô velha, eu mesmo sinto, eu mesma vejo o meu rosto, vejo o meu corpo, só que igual eu disse para você, esse espírito de rebeldia que eu tenho, ele é muito forte, ele não me deixa eu ficar deprimida. Se você faz uma coisa comigo aqui que eu não gostei, ou eu respondo, ou eu fico calada, mas um calada assim, eu levanto e saio, bem de maneiras diferentes daquela que eu sentei. Parece que quando eu fui nascer, era pra mim vim um homem, e aí deus falou não posso deixar vir homem porque se for homem ela vai fazer muita brama, então vamos por ela mulher. Porque eu gosto de desafiar, eu gosto de desafio. (VÓ. Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2020, no Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás).

Nas entrecruzilhadas entre gênero, classe, geração e desterramento, Vó transita de uma posição de subalternização para a emancipação, por meio do enfrentamento das normatizações de gênero e das desigualdades sociais históricas. Sua luta pela terra acende a chama já presente da “rebeldia”, que desconstrói os lugares sociais já estabelecidos. Dessa maneira, a personagem Vó é protagonista de sua própria história e me convoca a estes deslocamentos tão necessários para se compreender os corpos-políticos e corpos-territórios que demandam uma escrita insubmissa da história, já que:

Corpos-territórios políticos transgridem as fronteiras e territorialidades do não lugar acadêmico, e se tornam sujeitos, ao passo que se despedem da condição de objetos de estudo e de classificação. É o despertar da longa noite (FANON, 1968) da dualidade corpo-mente; é um re-Ori-entar que toma forma de emancipação. Agora, corpos-vidas, não mais corpos-objetos, circulam livremente na Universidade e contam suas versões da história, rompendo com a injustiça cognitiva, numa prova de resistência à desumanização, aos não-lugares. (SILVA, 2020, p. 16).

À guisa de conclusão

Assim, os múltiplos caminhos e descaminhos da produção historiadora revelou um abandono da história estrutural a favor de histórias culturais (cf. DIEHL, 2002; 2008). Apesar da ampliação do campo historiográfico e da busca incessante por novas chaves explicativas das realidades múltiplas,

dissonantes e fugidias que compõem as sujeitas e sujeitos históricas e históricos, a história escrita e ensinada ainda é “assombrada” pelas marcas da colonialidade, do euroamericanocentrismo, universalismos, dos epistemocídios, pela racionalidade instrumental e por seu viés branco, masculino e heteronormativo.

Ainda que haja, dessa maneira, rupturas na forma de escrever, ensinar e pensar a própria história enquanto ciência, as permanências infligem sobre os corpos dissidentes e as narrativas dissonantes, um olhar de “desconfiança” e, muitas vezes o silenciamento, em nome da defesa da “autoridade” de sua fala. É preciso ainda que a história aproprie-se do desafio estabelecido pela história oral de continuar inscrita na luta pela democracia das vozes que compõem não apenas o fazer histórico (cf. André GATTAZ et al., 2019), mas ainda no entendimento do caráter público dessas diversas narrativas sobre o tempo e as posições dos e das sujeitos e sujeitas no tempo e no espaço, na constituição das temporalidades e historicidades plurais. Desse modo, é compreender que a produção da história não se restringe ao domínio apenas dos especialistas, mas pelos produtores e produtoras de histórias em diferentes espaços e contextos.

É necessário ainda que a produção do conhecimento e a escrita da história, dimensionada a partir de uma perspectiva feminista, decolonial e interseccional, esteja comprometida com as populações mais vulneráveis e com o enfrentamento da colonialidade, que retroalimenta processos de exclusão e inferiorização dos/das sujeitos/as racializadas e subalternizadas. Para tanto, as epistemologias feministas e decoloniais são compreendidas como possibilidade de orientação para a articulação de projetos emancipatórios. Como nos ensina bell hooks (2013), a teoria é uma forma de cura, de compreender e transformar a realidade que nos mediatiza. Assim, as escolhas teóricas e metodológicas são decisões políticas e devem estar orientadas para a descolonização das mentes, dos corpos e dos tempos-espacos em que a escrita se torna insurgente e insubmissa.

Referencias

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Col. Feminismos Plurais).

- BALLESTRINI, Luciana. “A América Latina e o giro decolonial”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 ago. 2021.
- BARROS, José D’Assunção. “As crises recentes da historiografia”. *Diálogos*, DHI/PPH, UEM, v. 14, n. 01, pp. 133-158, 2010. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526880006.pdf>. Acesso em 20 ago. 2021.
- BURKE, Peter. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 7-37.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro com não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2005.
- CARVAJAL, Julieta Paredes. “Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 193-204.
- CARVALHO, Marina Vieira de. “Prefácio – Femininos de(s)coloniais e a ampliação da imaginação epistemológica: diálogo entre saberes”. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam*. Teresina: Cancioneiro, 2021, pp. 11-17.
- COLLINS, Patrícia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 01, pp. 99-127, janeiro/abril 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 jul. 2021.
- CURIEL, Ochy. “Gênero, raza, sexualidad: debates contemporâneos”. In: *Conferencia Magistral, em el marco de la especialización maestría de estudios de la mujer*. N1, 2011, Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco, México. Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/Subsitio/CatedradeEstudiosAfrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel—Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf>. Acesso em 25/07/2021.
- DESCARRIÈS, Francine. “Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural”. *Textos de História*, vol. 8, nº 1, 2000.
- DIEHL, Aston Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- _____. “Ideias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança”. *História da historiografia*, vol. 01, nº 01, agosto de 2008. Disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/3>. Acesso em 30 ago. 2021.
- D’SOUZA, Radha. “As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da ‘globalização’”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 145-171.
- DUSSEL, Enrique. “Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 341-395.

EVARISTO, Conceição. “A gente combinamos de não morrer”. In: *Olhos d’água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016, pp. 99-109.

GATTAZ, André *et al.* “A história oral nos vãos da democracia”. In: GATTAZ, A. MEIHY, José Carlos B. SEAWRIGHT, Leandro (orgs.). *História oral: a democracia de vozes*. São Paulo: Pontocom, 2019, pp. 9-16.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 38-51.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu*, nº 05, pp. 07-41, 1995. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 17 jul. 2021.

HOOKS, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019 (Palavras Negras).

_____. “A teoria como prática libertadora”. In: *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, pp. 83-104.

LOURO, Guacira Lopes. “A emergência do gênero”. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 18-40.

LÖWY, Ilana. “Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’”. *Cadernos Pagu*, nº 15, pp. 15-38, 2000. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635360>. Acesso em 17/07/21.

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, nº 3, p. 935-952, setembro-dezembro/2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em 24/07/2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas”. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, pp. 27-53.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. “De por que és necessário un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidade”. *Solar*, año 12, vol. 12, nº 01, Lima, 2016, pp. 141-171. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/9-De-por-qu%C3%A9-es-necesario-un-feminismo-descolonial...Yuderkis-Espinosa-Mi%C3%B1oso.pdf>. Acesso em 20 ago. 2021.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. “Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas”. *OPIS*, 15(2), 316-329, 2015. Disponível em Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/Opis/article/view/34189#.W6aPBmhKjIU>. Acesso em 10 jun. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. “Por uma história do homem negro”. In: RATTTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006, pp. 93-98.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. “Precisamos falar do lugar epistêmico na Teoria da História”. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, vo. 10, n. 24, pp. 88-114, abr./jun. 2018. Disponível em https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242_0180_88/8521. Acesso em 30 jul. 2021.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2017.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 84-130.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. “Apresentação”. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos como mulheres que nos transformam*. Teresina: Cancioneiro, 2021, pp. 17-24.

RÜSEN, Jörn. “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história”. *História da historiografia*, n° 02, março de 2009, pp. 163-209. Disponível em http://www.joern-ruesen.de/5.213_How_to_make_sense_brasilianisch.pdf. Acesso em 30/07/2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. *Educação & Realidade*, vol. 15, n° 2, jul./dez. 1990. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/18505_8/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 20 jun. 2021.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992, pp. 39-61.

SILVA, Karine de Souza. “Prefácio: Insurgências contra-coloniais e amefricanização da universidade”. In: MORTARI, Claudia. WITTMAN, Luisa (orgs.). *Narrativas insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos*. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020, pp. 9-18 (Selo Nyota, Col. Aya, vol. 1).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VEIGA, Ana Maria. “Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates”. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, jan./abr. 2020. Disponível em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101>. Acesso em 31 ago. 2021.

Recebido em 31 de agosto de 2021.
Aprovado em 25 de setembro de 2021.